

*África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, de Margarida Calafate Ribeiro

## O outro lado da História

Um pacto de responsabilidade de uma cidadã portuguesa que sabe ser necessário remexer as «coisas passadas» fazendo-as moverem-se de seus lugares\*

LAURA PADILHA\*\*

É SEMPRE DIFÍCIL FALAR do que nos diz muito de perto. A luta com as palavras, como nos ensina Drummond de Andrade, se torna mais tensa e só nos apetece fruir em silêncio a nossa emoção. Foi assim que me senti, depois de ter lido esta nova obra de Margarida Calafate Ribeiro, cujo título já por si nos instiga e espicaça: *África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*. Nela, a autora, de modo absolutamente cúmplice e solidário, recolhe testemunhos de algumas das mulheres que viveram em direto a experiência traumática da guerra em África.

Encontrei, na introdução de *África no Feminino*, uma frase que me parece o aforismo perfeito para sintetizar a carreira ensaística de Margarida: «Um pacto de responsabilidade partilhada». Ao saltar da Literatura para a História, ela deixa os rostos que se projetavam nas linhas da ficção para trazer, já agora, aqueles criados pela história de traumas e violências de uma guerra que ainda precisa ser contada, dando assim voz a um silêncio ainda incômodo em

que tal guerra está imersa, de muitos pontos de vista.

### «Era impossível não ouvir»

Como ela mesma alerta em sua introdução, tais mulheres, cujos depoimentos lemos, tornam público o que até então se encontrava no âmbito do privado, ou seja, no cotidiano das famílias; nas suas memórias soterradas e, portanto, fora do texto e dentro da vida de sujeitos ativos que, citando-a, «acompanharam os seus maridos na Guerra Colonial, nas suas três frentes». Seu «espaço de estudos» se torna um espaço também publicamente alargado e partilhado. Portanto, um pacto de responsabilidade de uma cidadã portuguesa que sabe ser necessário «remexer» as «coisas passadas», fazendo-as moverem-se de seus lugares.

Isso a leva «à necessidade de procurar a densidade histórica do rosto destas mulheres» que, por partirem, ao invés de permanecerem no cais, acabam por construir essa «África no Feminino» em

que nós, leitores, nos repartimos entre a violência da guerra em si, aliás nunca relatada em direto, e as vivências pessoais e suas consequências. As mulheres – em Angola, na Guiné e em Moçambique – tornaram os espaços de guerra espaços palatáveis de um cotidiano de amor, de carinhos arranjos e de solidariedade, quando cuidavam das suas casas, dos seus maridos, bem como dos seus filhos nascidos na metrópole.

Também havia as que lá em África engravidavam e tinham os filhos ao lado das mulheres negras da terra; davam aulas; ouviam os retornados das cenas das operações e mesmo se insubordinavam contra os racismos de algumas de suas iguais. Eram mulheres que não renunciavam a seus sonhos, muito embora as hierarquias continuassem a impor-se e a criar espaços de segregação, com as discriminações a se sucederem e as violações de corpos fora do espaço da guerra,

\*Respeitada a grafia brasileira

\*\*Professora de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade Federal Fluminense (Brasil)

como vemos/lemos em muitos dos depoimentos.

Lembro, por exemplo, o depoimento da antiga jovem militante, já na metrópole vigiada pela PIDE, jovem que escondia em sua casa os clandestinos ativistas, com a cumplicidade dos pais, em especial da mãe que, como diz, «era doméstica mas muito pouco domesticada». Depois de partir com «sua bagagem de mãe», faz uma escala em Luanda, a caminho de Lourenço Marques, e reencontra, no aeroporto, os «amigos negros e brancos que frequentavam a clandestinidade» de sua casa paterna na qual se havia escondido farta «documentação do MPLA».

Esta mesma mulher, em Lourenço Marques, não abdica de seu desejo de intervir na história de seu tempo, pelo que frequenta arquivos; dá aulas; luta pelos seus alunos; continua a ser perseguida pela PIDE; ouve os homens «que vinham muito destroçados pela guerra», tendo a certeza da «prevalência da guerra sobre a vida». E é ainda ela quem nos fala das noites e dos «gritos lancinantes» que saem do «comando da polícia», concluindo dolorosamente: «Era impossível não ouvir, mas ninguém falava nisso, ninguém sequer comentava aquelas noites rasgadas de gritos».

### Uma ética de representação da história

E o depois do fim da guerra? E a volta? Os testemunhos dessas falas de mulheres também dão conta disso e parecem confluir para um mesmo ponto: o silêncio que ainda prossegue, não obstante a festa do 25 de Abril de 1974, depois da qual, pelo que li, não se trouxeram à baila «aquelas noites rasgadas de gritos».

Uma das depoentes parece sintetizar muito bem esse «depois», ao dizer sobre o marido que «o tempo que ele tinha passado em África ficava sem sentido, sem justificação possível ou tinha sido em vão», após o processo de descolonização. Assim, para muitas dessas mulheres, o tempo do regresso ainda foi um tempo de bloqueio, pois o pós-guerra aprofundou os abismos, os silêncios e muitas vezes impossibilitou a harmonia familiar, conduzindo a extremos, a separações, com psiquismos destroçados de ambas as partes dos atores das relações matrimoniais e familiares em geral. Desse modo, a ida e a volta se fizeram ambas movimentos ou tempos de impossível coesão, tempos de homens e mulheres partidos.

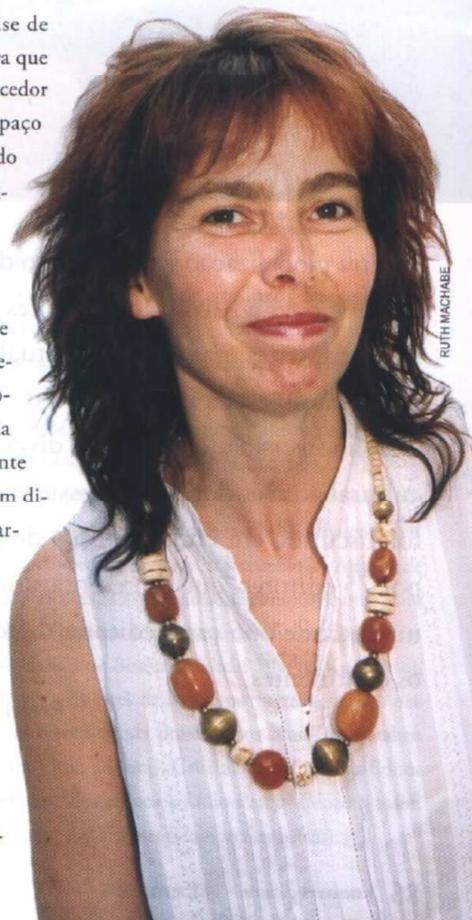
Termino, resgatando a análise de Margarida, a grande orquestradora que nos oferece esse doloroso e esclarecedor canto coral, arrancando-o do espaço privado para o público e nos fazendo perceber outras formas de conhecimento e cognição que emergem da leitura mobilizadora de *África no Feminino*:

«Para quem ficou na praia de embarque, África também teve feminino, ainda que África fosse tão só o local de onde ninguém queria falar [...] para onde silenciosamente embarcavam homens que voltavam diferentes. As mulheres que os aguardavam no cais recebiam outros homens, que inevitavelmente as iriam transformar; as mulheres que com eles foram outras vieram também e assim se foram transformando as relações privadas e públicas no contexto da sociedade portuguesa. Por isso, ver a guerra como uma actividade ex-

clusivamente masculina é contar apenas uma parte da história.»

Recuperando as vozes de algumas das mulheres portuguesas que estiveram em África – pouco ou pelo menos quase nada importando as razões políticas dos que as quiseram lá – Margarida contribui, ela própria, para a geração de «uma memória cultural colectiva da Guerra Colonial» pela qual, nessas memórias entrecruzadas, erige-se uma «ética de representação da Guerra Colonial.» 

*África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*  
Margarida Calafate Ribeiro  
Afrontamento, Porto, 2007



## história

# A guerra no feminino

**A** geração da Guerra Colonial — se ainda não morreu... — é hoje sexagenária. Mais uns anos (dez, vinte...) e ter-se-á ido de vez. Como é de lei e aconteceu já à geração «guerreira» precedente (a da guerra de 1914-1918) e haverá de acontecer à revolucionária do 25 de Abril de 1974. Daí a cada vez maior urgência em recolher testemunhos dos intervenientes nessa guerra que durou cerca de década e meia, e, não obstante, foi e continua a ser uma guerra voluntária e colectivamente esquecida. Até porque não produziu, nem podia produzir heróis. Conduzida contra «os ventos da História», já perdida antes de a perdemos, nela o País perdeu esse império no qual, durante cinco séculos, mal ou bem, se projectou, num cenário que teve menos de real do que de fantasista.

Margarida Calafate Ribeiro, universitária e investigadora de primeira qualidade (a sua tese de

doutoramento, já sobre a Guerra Colonial, é uma obra de topo), sabe disto, não ignorando também a importância para qualquer historiografia dos depoimentos directos. Não sendo suficientes, eles são necessários e complementares, assim haja possibilidade de os recolher. Neste livro que acaba de publicar, eles são, por assim dizer, o essencial. É uma novidade absoluta. Porquê? Porque, apercebendo-se que, durante todo o tempo que durou a Guerra Colonial, centenas, se não milhares, de mulheres seguiram para África com os seus maridos combatentes, Margarida fez o que, antes dela, a ninguém ocorrera: deu-lhes a palavra. E, embora apenas 21 dessas mulheres tenham sido ouvidas, este livro é comparável a essa referência máxima da epistolografia portuguesa de guerra, as cartas do alferes miliciano médico António Lobo Antunes para a então sua mulher.

As duas dezenas de páginas de introdução do volume, de autoria de Margarida, são excelentes como contextualização das mais de duzentas seguintes, mas estas é que nos galvanizam. Nelas, sob total anonimato, 21 mulheres resumem as suas vidas, do nascimento até hoje, com a sua ida à guerra como eixo estrutural. São vidas diferentes, mas num port menor (pormenor é um modo de dizer...) se assemelham. E não é a ida à guerra. É a causa dessa ida: o amor. Porque — tantas vezes à

toa e sempre ousando enfrentar riscos e o absoluto desconhecido — todas estas mulheres foram para a guerra por uma única razão: amavam desmedidamente os maridos que partiam, e não suportavam a incerteza de, de longe, não os saberem, a cada momento, vivos, feridos ou mortos.

De origens sociais, geográficas, culturais e ideoló-

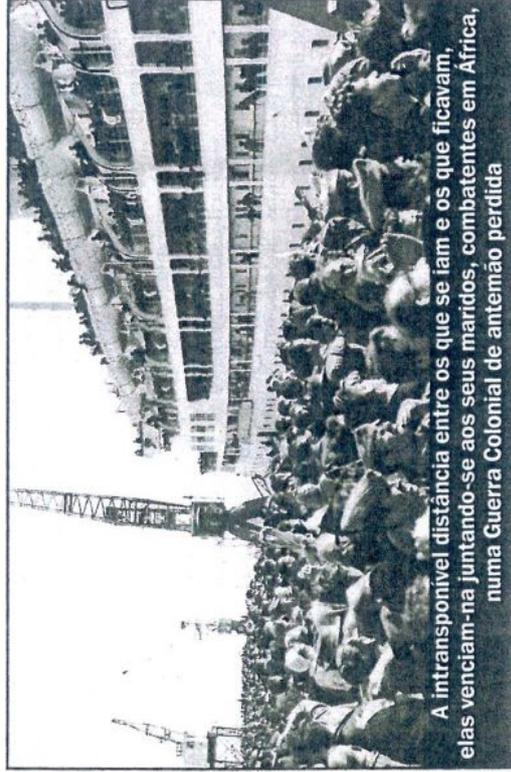
gicas muito diversas, andavam, à data da guerra, pelos seus 20 e tal anos. Umas, acossadas pela partida próxima dos namorados, apressaram casamentos, outras eram mães recentes, outras ainda se-lo-iam em África, ou por lá engravidaram vindo ter os filhos a Portugal (ou à Metrópole como então se dizia), regressando com eles pequenos, ou deixando-os, por cá, junto de familiares. E todas, por causa da guerra e por amor aos maridos, interromperam estudos, abandonaram empregos, partindo amíde contra a vontade dos pais. Uma verdadeira saga de que nada sabemos e de que este livro constitui como que o levantar da ponta de um véu. De um véu até agora opaco. De uma

universitários da Moçambique Portuguesa. Todavia, ouvidas agora, todas elas afinam pelo mesmo diapasão, considerando desnecessária e inútil esta guerra que, no contacto com a África, cedo perceberam estar de antemão perdida. Apesar disso — apesar disso! — com raríssimas excepções, há um denominador comum a estas memórias: o fascínio por essa África, descoberta na juventude. Pelo que — espanto dos

espantos! — é comum a nostalgia por esse tempo lá vivido.

Houve casamentos que, no regresso de África, se desfizeram, há-os (a maioria) que se mantêm. Tal como há quem da Guerra Colonial fale aos filhos e netos e quem dessa experiência tenha preferido até hoje nada dizer. E há ainda quem da guerra guarde uma memória tão profunda, tão íntima e afectiva que queira ser sepultado com as cartas de guerra do seu amor de então. Ou as tenha já queimado, enviando aos filhos — em caixas de fósforos! — as cinzas que testemunham esse tão grande amor em tempo de guerra.

«Éramos tão jovens, tão frágeis» — assim conclui uma des-  
tas mulheres o seu depoimento. Como vedor, para além do mais, como, cada um a seu jeito, qualquer dos restantes. Húmus secreto, só agora (tantas décadas depois...), enfim, revelado neste livro. Uma obra-prima!



A intransponível distância entre os que se iam e os que ficavam, elas venciam-na juntando-se aos seus maridos, combatentes em África, numa Guerra Colonial de antemão perdida

■ **Margarida Calafate Ribeiro. AFRICA NO FEMININO. AS MULHERES PORTUGUESAS E A GUERRA COLONIAL. Afroniamento, 264 pp., 16 euros**



*Raízes as Cordas da Harpa*

Luz Compasso, Autora Espiritualista

**Editora Luz da Vida,**

R. Mário Pais, 16-0-A, 3000-268 Coimbra

Fax: 239704031,

Internet: [www.luz-da-vida.com.pt](http://www.luz-da-vida.com.pt)

# en escritos do mês

Toda a correspondência, envio de livros, sugestões e comentários referentes à secção «Escritos do Mês» deverão ser enviados para [monde-diplo@netcabo.pt](mailto:monde-diplo@netcabo.pt) ou para *Le Monde diplomatique - edição portuguesa*, Apartado 42078, 1601-801 Lisboa.

## ÁFRICA



*África no Feminino. As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*

Margarida Calafate Ribeiro

Afrontamento, Porto, 2007, 164 pp., € 15,20.

O dever da memória», conceito de Primo Levi, está na base da narração destas mulheres portuguesas que acompanharam os maridos militares para Angola, Moçambique e Guiné-Bissau durante a Guerra Colonial. Margarida Calafate Ribeiro, doutorada em literatura portuguesa e investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, complementa o (único) rosto ficcional desta presença com depoimentos que ajudam a entender «os últimos dias do Portugal colonial, da Guerra que os marcou e das sociedades que daí surgiram».

«Sei que estive em África. Quer contar?» As testemunhas tornam-se intervenientes nesta questão. É imprescindível a interpretação da Guerra como fenómeno não exclusivamente masculino, e retirar as mulheres da invisibilidade no espaço de opinião. Saber como esta operou na vida privada de tantas mulheres recém-casadas, ansiosas e solidárias com a situação dos maridos, atentas a outras realidades de uma experiência traumática que, ainda assim, conseguiu trazer-lhes boas recordações. São esposas de militares de carreira e oficiais, que seguiam as «Cartas de Chamada» em longas travessias de barco até chegarem a essas Áfricas onde lhes esperava o papel de apoio à desmoralização que se abatia nos homens em missão. Transparece uma certa ingenuidade: «Uma geração que, sem saber porquê, sem questionar, ia», pois vivia-se um tempo de engano, em que as províncias ultramarinas eram Portugal e o patriotismo «um sentimento, que não se explicava nem se justificava».

Toda a correspondência, envio de livros, sugestões e comentários referentes à secção «Escritos do Mês» deverão ser

A autora inspirou-se na análise de Benjamin Stora sobre a guerra na Argélia na sociedade francesa para que se veja a guerra colonial como um assunto interno a Portugal e aos países africanos. O livro contribui para encurtar o divórcio entre a dimensão privada e colectiva da memória, já existente «nos tempos da Guerra, entre o discurso público sobre uma guerra silenciada e que oficialmente não existia e o conhecimento privado que dela tinham os portugueses mobilizados e as suas famílias». Se antes do 25 de Abril se fingia que não existia guerra, depois cedeu-se à perplexidade, incapacidade de falar sobre isso. «São coisas de que não se pode falar. Viveram-se na altura e depois não se fala. Por pudor, por horror.»

É portanto no registo de revisitação, procura de sentido para aquele período de vida, variedade de perspectivas, que estes relatos colaboram na análise psicossociológica de uma das fases mais sombrias do tempo colonial. Porque partiam, voluntariosas, para o desconhecido? A motivação era generosa: coragem e amor. Não é comum acompanhar maridos para cenários de guerra, mas o regime incentivava essas idas permanecendo como razões privadas. Um complemento às tarefas de apoio do Movimento Nacional Feminino, da Cruz Vermelha, à propaganda de «sacrificar os seus filhos pela Nação». Pois a presença da mulher em África foi uma arma política bem usada e útil: «não deviam mover-se, nem pensar, nem agir», mas «ser a mãe, a irmã, a distração amorosa, a imagem feminina, boa, a pura gota de água, a imagem também da casa perdida, do país perdido, da família perdida». Contavam, da parte do Estado, com a messe, casa, médico e viagens. Em nome da estabilidade, normalização da vida, do amparo ao estado de choque e nervosismo com que os seus homens chegavam das operações.

Era também o início da vida conjugal, passava-se à força do namoro para o estatuto de marido e mulher, na urgência de deixar descendência e alguém que os esperasse. As esposas fixavam-se em cidades e localidades afastadas dos confrontos, num quotidiano de trabalho (se fosse o caso), costura, esperar pelas refeições que vinham da messe ou do hotel, jogar crapô, convívio (grande cavaqueira entre mulheres dos militares do quadro ou milicianos), leitura e

dedicação ao marido. «Vivíamos uma euforia falsa, entre ataques e regressos do mato e muitas festas», mas era «uma santa vida!»

Muitos depoimentos dão conta do momento emancipatório na vida destas mulheres, pela saída de um país conservador para lugares modernizados e multiculturais, com costumes mais brandos, vida social descontraída e maior liberdade, onde entravam com segurança no mercado de trabalho. Ou seja, «África era uma libertação», ou uma expansão, física e mental, uma experiência formativa e humana: «Vim de Angola uma mulher mais forte». Também em termos políticos confrontam-se com o engano do Império; algumas mulheres politizadas, até com posições anticoloniais, questionam o regime e o discurso militar do poder. Quase todas falam da iminência da independência, de os povos darem o seu «grito de Ipiranga», mas lamentam a trágica descolonização e a afectação nas vidas de muitos, reconhecendo que não teriam «lugar na nova sociedade» que dela saía.

São o elemento que teve mais contactos com a população nativa, através do ensino e da criação. Apesar de reconhecerem os privilégios e as desigualdades raciais, o abismo cultural era enorme: «cada vez que olhava para um negro tinha medo, pensava que era um terrorista». Ou o tom paternalista em algumas declarações de empatia pelos «pretinhos», que não se desvinculam da visão colonial.

No pós-guerra começou a outra guerra: divórcios, culpa, violência doméstica devido a distúrbios mentais dos ex-combatentes não integrados, angustiados. Os anos de serviço nem sempre reconhecidos, e tantas coisas que as mulheres sofreram na retaguarda. O livro aborda as várias maneiras de viverem com essas memórias e as passaram (ou não) aos filhos, para o presente. O anonimato dos depoimentos e o facto de não serem informados dos seus critérios (se provenientes de entrevistas orais ou escritas) torna o livro menos completo. Além de que o título *África no Feminino* pedia igualmente depoimentos das mulheres africanas que contribuíram para os movimentos de libertação. E das milhares de mulheres que ficaram na metrópole, na espera ansiosa do regresso ou dos aerogramas. Mas é um início muito consistente numa longa travessia de memórias.

# Mulheres em tempo de guerra...



por Ondina Ferreira

Com este título é natural que vários textos de outros escritos nos acudam à memória. Mas este particularmente foi-me sugerido pela recente leitura do livro: "A África no feminino - As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial" de autoria de Margarida Calafate Ribeiro, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Um ensaio interessante pois que acaba por ser ao mesmo tempo um testemunho em directo de mulheres, que no período compreendido entre 1961 e 1974 - quase todas então nos vinte anos, bem jovens - acompanharam os maridos que então prestavam serviço militar nas três frentes de guerra, Angola, Guiné e Moçambique.

A autora conseguiu reunir um punhado de depoimentos, que parecerão reais e sinceros ao leitor, pois que despidos de qualquer veiosidade ou de pose de heroicidade ou similar, mas também sem grandes lamentos. Antes, muito lucidamente, algumas delas lançam um olhar sem preconceito e sem diabolismos sobre esse fenómeno chamado "guerra colonial" que marcou toda uma geração que foi também a minha.

As entrevistadas ou depoentes, falam dos seus medos, dos medos que sentiram pela iminência de perderem os maridos, os irmãos, os amigos, todos militares. Uns de carreira, outros cumprindo o serviço militar obrigatório. Tudo isso numa guerra a que muitos foram forçados a ir e que quase todas afirmam podia ter sido evitada. Jovens mulheres, alegres e confiantes que deixaram o conforto das suas vidas em Lisboa, Porto, Coimbra e outras cidades e terras portuguesas para estarem ao lado dos maridos em locais malsãos as mais das vezes, pois que nem sempre ficavam em Luanda, Bissau, ou Lourenço Marques. Mas nenhuma, das depoentes, se sentiu automaticamente heroína ou diferente. Embora muitas tivessem ficado marcadas pelo drama da situação, pelo que viveram, ouviram e assistiram do horrendo de uma guerra. E algumas, por causa dela, a guerra, interrogam-se e questionam se hoje seriam as mulheres que são se não tivessem tido este período anormal, numa fase de vida tão bela como é a da juventude.

Possivelmente a autora fez uma selecção para o livro, dos depoimentos ouvidos. Nisso foi muito feliz, pela excelência de alguns deles e que dão ao leitor testemunhos maduros e inteligentes de uma época histórica das mais importantes, se não a mais importante

da história recente de Portugal e das suas ex-colónias no século XX.

Como alguém, que me é muito caro, costuma dizer: só quem não fez a guerra é capaz de lhe entoar loas e remata que a guerra não é nenhum passeio romântico. Cometem-se atrocidades e por vezes algum humanismo dos dois lados dos contendores.

Voltando ao livro, a autora, na introdução fala do silêncio que pairou sobre a guerra colonial, uma guerra sobre a qual mal se falava ou então não se falava, pois que era assunto tabu enquadrado num ambiente sem liberdade de expressão. Diz ela que "o silêncio sobre a guerra seria assim uma forma equivalente ao discurso sobre a guerra, ou seja, uma forma de resposta do trauma num sentido individual e colectivo" e remete o leitor a uma perspectiva metafórica da guerra nas palavras de uma personagem do romance de Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*: "Se ninguém fotografou, nem escreveu o que aconteceu durante a noite acabou a madrugada - não chegou a existir".

Interessante e coincidente para mim, ao ler o livro, "África no feminino - As mulheres portuguesas na Guerra Colonial," veio-me à memória que aqui há algum tempo iniciei um texto, a que dei o título: "Conary no feminino - Um tempo e várias Histórias." O texto andou esquecido um tor de tempo. Felizmente que o computador o guardou. Foi relê-lo.

Afinal, também tivemos as nossas mulheres na guerra da independência na Guiné. Muitas não foram só acompanhar os maridos, também muitas delas participaram quase em directo no teatro de guerra.

E se estas mulheres começassem realmente a falar? Sim, as que lutaram também. E se elas começassem a escrever, a (des)confidenciar, a registar as memórias. Enfim, a fazer um pouco de catarsis, do muito-dito e do não-dito que lhes carregam as lembranças de um tempo muito marcante, muito complexo e com o seu quê de glorioso e de traumatizante ao mesmo tempo. Seria bem interessante, para a nossa geração e descendentes, conhecer - com verdade e sem "pinças" - tudo aquilo por que algumas delas, passaram durante o tempo vivido em Conary ao serviço do Países, perseguindo um ideal, que na altura era a independência de Cabo Verde, acoplada à da Guiné? Sim, já imaginaram o que seria? Se elas pegassem na pena? ...

Alguma estará a fazê-lo? Será óptimo! Elas, as tais mulheres, jovens na altura, no meio de muitos outros homens igualmente, num ambiente de guerra, de permanente desconfiança, de muito medo e, quiçá, de algum assédio. Numa proporcionalidade desequilibrada e desconfortável. O que não terão passado? Elas e alguns dos "seus" homens.

E se nos contassem essas memórias? Com verdade e sem preocupações Jouvaminhas ou de agradar, ou mesmo ainda do "parecer bem" ou do "parecer mal". Que nos deixassem saber da perspectiva delas face a uma guerra em que foram por ela apañadas numa determinada conjuntura histórica. Talvez surgisse uma outra face da mesma moeda. ...

E se de facto alguma decidisse narrar, cro-

nicar e até mesmo historiar o que por lá passou? Alguma coisa mudaria o nosso entendimento da História recente de Cabo Verde? Do seu processo de independência? Dos seus homens? Dos que lá andaram. Alguns, bem formados moralmente, outros, nem tanto. ...

Todos heróis? Todos santos? Todos imorais? Claro que não!

E se nos falassem dos seus medos, dos seus terrores, de que como era viver entre muitos homens, cada um com a sua virilidade por desfrutar e em tempo de guerra? Se nos contassem também como era viver no meio do mato ou acantonadas, nos arredores de Conary, no espaço que Sekou Touré permitiu?

De alguns domínios na capital do país que as acolheu, em que não raro aconteciam espectáculos públicos macabros de enforcamentos de intelectuais, de artistas, de políticos cuja única culpa era a de pensarem diferente do Ditador?

Como imaginar, o dia-a-dia desse punhado de mulheres, dos seus trabalhos, dos seus silêncios e das suas dores. Algumas que para lá foram de "mota própria" por sua vontade e outras - se calhar a maior parte - apenas por terem de acompanhar os maridos, os companheiros? Sim, e se alguma resolvesse escrever sobre isso? Dos temores sentidos quando pairava a eventualidade do seu homem (porque era sobretudo sobre eles que caía o machado directo da guerra) cair em "desgraça" face à estrutura militar e de comando da luta? Como viver o dilema da solidão ou do isolamento?

Enfim, seriam sem dúvida histórias de um tempo de guerra e como tal deveriam (ou deveriam?) também ser percebidas.

E se alguma a isso se abalancasse? Ora bem, são já passadas três décadas sobre os acontecimentos. As que participaram na guerra na Guiné são hoje, quase todas, respeitáveis avós, mas ainda lúcidas e em boa idade de pôr cá para fora essas memórias de forma mais pensada, mais interiorizada e melhor elaborada, sobretudo sem fingimentos porque hoje desnecessários e sem o afã de agradar ou de desagradar quem quer que seja, apenas com o belo intuito cívico de um depoimento histórico no mais amplo sentido do termo. Talvez tivéssemos belas surpresas. ... Quem sabe!

Digam-me lá, se não seria interessante termos a perspectiva feminina da luta na Guiné, pela independência da Guiné e de Cabo Verde? Sim, porque manda a verdade que se diga que até agora o que a contraparte masculina já escreveu, pelo menos no que me foi dado ler, não passa de uma história muito colorida, recheada do já esperado que fosse dito e substancialmente preenche de heróis. ... Como se aquela guerra tivesse sido algum filme daqueles bem à maneira americana.

Tal como o realizado pelo livro de Margarida Calafate Ribeiro, também projectei em tempos idos, bater à porta de algumas das mulheres patriotas que vivenciaram a guerra e pedir-lhes que nos contassem em depoimentos honestos - não entramos à procura de heróicas, com todo o respeito que digo se possa ter - como foi do ponto de vista delas. ...

Nunca é tarde!...

**QUADERNI DI LETTERATURE IBERICHE E IBEROAMERICANE**

**Seconda serie: Tintas**

31 (2007)

**Università degli Studi di Milano**

Facoltà di Lettere – Dipartimento di Scienze del Linguaggio e  
Letterature Straniere Comparete – Sezione di Iberistica



Margarida Calafate Ribeiro,  
*África no feminino. As mulheres portuguesas e a guerra colonial*  
Porto, Afrontamento, 2007, 262 pp.

---

L'esperienza oltremarina portoghese ha un tratto fondante nel suo carattere di eccezione rispetto agli altri sistemi coloniali. Si potrebbe disquisire a lungo, sia sul piano della storia, sia su quello delle rappresentazioni letterarie e culturali, su tale aspetto con la conseguenza di definire un repertorio illimitato delle singolarità che contraddistinguono lo speciale rapporto – anche sul piano ontologico della costruzione delle narrative di nazione – del Portogallo con l'Atlantico. La premessa serve a spiegare come non sia affatto singolare il tema del nuovo libro di Margarida Calafate Ribeiro, ricercatrice del Centro de Estudos Sociais della Università di Coimbra, che si occupa del nesso, all'apparenza ossimorico – per una esperienza in genere considerata esclusivamente androcentrica come quella bellica –, tra le donne e la guerra coloniale. Peraltro non solo il Portogallo è il detentore, sino al 1975, del più longevo impero europeo, ma è anche parte in causa di un cruento conflitto all'interno dello spazio coloniale con i movimenti nazionalistici africani, in quella che costituirà, ancora una volta, l'ultima guerra coloniale europea, sia pure mai ufficialmente dichiarata e oggetto di una permanente rimozione da parte della storia ufficiale. Tra le tante eccezioni, tuttavia, una è meritevole di attenzione e va a costituire il cuore dell'importante contributo di Ribeiro. La definizione più incisiva di questa singolarità tutta portoghese viene proprio da uno dei due romanzi scritti da donne sulla guerra coloniale, *A costa dos murmúrios*, di Lídia Jorge quando in esso viene resa l'affermazione di un militare che osserva, «Só os Cartagineses levavam as mulheres para a guerra – e agora os Portugueses». Perché nella guerra non dichiarata ma reale, per le vittime, le mutilazioni, i traumi e le violenze che essa provocava nel corso degli anni di un conflitto, sordo e latente, i militari portoghesi avevano con sé mogli e famiglie. Insomma, la guerra si proiettava dallo spazio della eccezione che lo produceva

all'interno dello spazio familiare, condizionando rapporti, storie, affetti, memorie, in maniera probabilmente definitiva.

Il tema dunque della presenza delle donne a ridosso del conflitto si trasforma in una ulteriore lente di ingradimento per potere ripensare al fenomeno complessivo e labirintico di una guerra coloniale che non ha ancora fondato, in Portogallo, una memoria pubblica condivisa. Non soltanto perché le ferite che essa ha prodotto non si sono ancora rimarginate, si pensi per esempio al riconoscimento della sindrome di stress post traumatico tra numerosi reduci dei fronti africani, ma soprattutto perché la posta in palio è la revisione della storia portoghese lanciata sull'Atlantico, sulle imprese oltremarine, sui cinque secoli di storia imperiale. Molte allora le tensioni ancora acute che si concentrano sulla scrittura della storia di quella guerra che dell'Atlantico portoghese rappresentò indubbiamente l'epicedio. Anche di qui l'importanza del contributo coraggioso di Margarida Ribeiro. Solo – senza volere con ciò porre una questione di genere – una ricercatrice col curriculum di Ribeiro poteva mettere mano ad una impresa ancora tanto condizionata da un ostracismo tenace – ideologico, generazionale o storico – partendo da una domanda letteralmente disarmante all'indirizzo delle donne portatrici di storia vissuta: “so che sei stata in Africa: ne vuoi parlare?”. Di lei ricordiamo l'eccellente *Uma história de regressos* (2004) che interseca con estrema lucidità storia e storia culturale nel problematico esercizio di fornire una esegesi del tutto inedita della matassa complicata dell'imperialismo portoghese, del trauma della guerra coloniale e, più complessivamente, della definizione dei presupposti per ripensare un post colonialismo lusofono, a cui si affianca un importante seminario svolto a Coimbra nel 2003 (pubblicato su un numero monografico della «Revista Crítica de Ciências Sociais») dove si focalizzava proprio il nesso tagliente tra donne e guerra coloniale del Portogallo in Africa.

Ma il viluppo complesso di problemi in larga parte ancora in corso di discussione – non solo l'impero ma anche la revisione del modello lusotropicalista e della sua frantumazione postcoloniale che ne ha attenuato ma non annullato del tutto gli effetti sul piano

della interpretazione storica della vicenda coloniale e trova appunto nella presenza femminile istituzionale nello spazio coloniale africano una indiretta sanzione – esigeva la costruzione di una ricerca ad hoc capace di affrontare i nodi della questione. Infatti, l'eccezione portoghese ha implicazione profonde non solo sul piano storico, ideologico e sociale, ma anche culturale e letterario. La commistione tra spazio privato e spazio pubblico, tra personalismo e struttura organizzativa della amministrazione coloniale portoghese, che attraversa la storia del Portogallo colonizzatore determinano infatti modi propri – non specifici, come potrebbe sembrare nella loro idealizzazione declamatoria lusotropicalista – che ne rendono particolare il funzionamento. Un funzionamento, si badi bene, basato anch'esso sui meccanismi di esclusione, di eccezione, di dominio degli altri sistemi coloniali, ma che, nel caso portoghese, hanno un funzionamento proprio. Accanto alla ricostituzione di uno spazio familiare privato nell'oltremare in guerra, nelle testimonianze raccolte si afferma la convinzione che il regime portoghese in modo deliberato promuovesse il coinvolgimento femminile nel conflitto in Africa come un'arma – attraverso il Movimento Nacional Feminino, la sezione femminile della Croce Rossa, figure come le infermiere paracadutiste – in modo da plasmarne la narrativa come quella di una nazione che integralmente si sacrifica nella difesa dell'impero in quanto componente fondante l'identità del Portogallo.

Nella introduzione metodologica, l'autrice mostra tuttavia come il progetto di riscattare un versante sommerso della vicenda militare africana, che offre però una possibilità di rilettura originale della guerra nel suo insieme, richieda la messa a punto di un modello di analisi specifico che muove in particolare da una riflessione sulla aporia del testimone rispetto alla rappresentazione della scena traumatica. Seguono a questa incisiva riflessione critica le 21 testimonianze che fanno affiorare i grumi di una esperienza di perdite la cui elaborazione avviene, spesso, nell'atto stesso della verbalizzazione. Voci senza nomi, passati che inquadrano geografie note ma che oggi, a distanza di qualche anno, evocano tratti di una familiarità perturbante forse per evidenziare come il post colonialismo

abbia in sé ancora resti del colonialismo irrisolto. I monologhi si snodano come se i testimoni parlassero a se stessi, mentre è chiara la presenza di una autrice che si annulla per potere lasciare spazio alle voci altrimenti impossibili della esperienza. Le trascrizioni insomma sono delle vere narrazioni e propiziano elementi straordinari di storia orale per ripensare criticamente a cosa accadde, là, in Africa, oltre quarant'anni or sono.

C'è la frase di una testimone che fotografa da subito e simultaneamente il peso che alla guerra coloniale si annette nella coscienza storica di oggi in Portogallo, così come la invisibilità storica della massiccia presenza delle donne in Africa: "a guerra funciona ainda hoje como um espaço à parte". Ma è proprio in questo angolo oscurato e alla apparenza privo di tracce storiografiche, come sappiamo e come ci conferma la ricerca di Margarida Ribero, che i fantasmi non rimossi di una storia che non si lascia ancora narrare giocano la loro partita estrema e, forse, decisiva.

Roberto Vecchi

Ribeiro, Margarida Calafate (2007), *África no Feminino. As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Edições Afrontamento.

Teresa Maria Leal de Assunção Martinho Toldy  
Universidade Fernando Pessoa

Resultante de um projecto de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o livro de Margarida Calafate Ribeiro constitui um estudo sobre as mulheres portuguesas e a Guerra Colonial, num país que, passados mais de quarenta anos sobre o início desta guerra, parece continuar a manifestar dificuldade em visibilizar as histórias e memórias dos acontecimentos. De facto, na perspectiva da autora, o facto de a memória da Guerra Colonial estar associada a três acontecimentos extraordinariamente relevantes da história de Portugal – o final da ditadura salazarista, o 25 de Abril de 74 e a descolonização – assim como a quase inexistência de estudos sobre a história colonial portuguesa, levam a que o conflito em causa seja visto quase como «algo externo e não como algo de profundamente interno a Portugal e aos países africanos, agora independentes» (p. 14). Se a visibilidade pública *daquilo que pode não ser esquecido* passa pela monumentalização da memória, bem como pela oficialização das comemorações, pela estetização (da literatura e outras artes) e pela elaboração de discursos e registos historiográficos, pedagógicos, políticos ou mediáticos, o que *não deve ser lembrado* é remetido para o domínio do privado: o trauma não se expõe na praça pública. A memória da Guerra Colonial conhece este lado «publicamente não recomendável de recordar, invisível», isto é, reservado aos «ex-combatentes e as suas famílias» (idem). É destas memórias silenciadas, destas histórias invisíveis, tecidas de «subjectividades e de objectos, como cartas, fotografias ou *souvenirs*» (p.13), que nos fala o livro de Margarida Calafate Ribeiro.

A obra divide-se em duas partes: uma primeira, constituída por um ensaio teórico a que a autora chama modestamente «introdução», mas que nos apresenta uma reflexão de referência sobre a memória, uma resenha brevíssima do eco que a expansão portuguesa e a Guerra Colonial têm encontrado na historiografia e na literatura portuguesa e as linhas-mestras de interpretação dos depoimentos de vinte e uma mulheres que acompanharam os seus maridos na guerra,

matéria que constitui a segunda parte da obra. O seu contributo fará, certamente, história (memória) no processo de (re)construção de um acontecimento que marcou e marca a sociedade portuguesa. Detenhamo-nos, então, em cada uma das duas partes.

Na primeira parte do livro, Margarida Calafate Ribeiro discorre sobre o significado da memória, mais, do «dever de memória» (nas palavras de Primo Levi, citado pela autora: p. 15), na passagem dos testemunhos a história. Ora, na sua perspectiva, em Portugal, o valor político e social da memória privada e da memória colectiva não é coincidente, no que diz respeito à Guerra Colonial. O divórcio existente no tempo da guerra entre o discurso oficial e a experiência dos mobilizados, bem como das suas famílias, prolonga-se na teimosia em ignorar publicamente o testemunho dos envolvidos. O «dever de memória» inscreve-se neste hiato, com o objectivo de «estabelecer um cúmplice compromisso entre quem conta – que assim cumpre a sua função de testemunha – e quem ouve – que assim toma conhecimento e não mais pode dizer que não sabia» (p. 15). A obra de Margarida Calafate compreende-se, então, à luz deste «pacto de responsabilidade partilhada», contribuindo para «uma textualidade produzida contra o esquecimento» (idem).

O interesse por um projecto deste tipo nasceu, no dizer da autora, da leitura e interpretação destas textualidades, tanto nas obras ficcionais portuguesas dos «assombrados pelas memórias da guerra» (para retomar as palavras de Paulo Medeiros, citadas pela autora: p. 16), como no contacto com mulheres da geração da guerra. Margarida Calafate confessa que foi na leitura das obras de Lídia Jorge e de Wanda Ramos, envolvidas na Guerra Colonial pelo facto de terem acompanhado os seus maridos, que encontrou as «personagens» do seu livro. Das mulheres que partilharam esses acontecimentos com os seus maridos, e que «estão em toda a parte na nossa sociedade» (p. 17), não havia, até agora, qualquer registo do ponto de vista da história documental. É do «espanto» resultante da constatação da inexistência de registo não-ficcional das vivências das mulheres que acompanharam os seus maridos na Guerra Colonial que nasce o impulso para a realização deste estudo, à procura da «densidade histórica do rosto destas mulheres que partiram» (p. 18).

A autora reconstitui o percurso das questões hermenêuticas que se foi colocando a si própria ao longo do estudo, a começar pela passagem de uma perspectiva em que as mulheres ocupariam um lugar passivo – na qual a pergunta de partida seria: «por que razão os homens portugueses levaram as suas mulheres para a guerra?» – para uma abordagem que pressupõe o seu protagonismo («por que razão as mulheres portuguesas foram para a guerra com os seus maridos?») (p. 18). O testemunho das mulheres que partiram por opção choca, assim, com o tema das mulheres que ficaram, «cum choro piadoso/ (...) / Mães, Esposas, Irmãs» (nas palavras de Camões, autor de referência para Margarida Calafate, cit. p. 19) – e que constituem «a aventura feminina das mulheres», que, nos Lusíadas, «ficavam e (...), pela via do amor, questionavam a partida dos futuros heróis

do mar» (idem). De facto, a autora questiona os papéis atribuídos tradicionalmente às mulheres na sociedade ocidental em guerra, ao longo da história, bem como na literatura sobre a expansão. No seu dizer, foram precisos cinco séculos para retomar os fios perdidos da presença das mulheres nas caravelas, para desconstruir o estereótipo que atribuiu aos homens a construção do Império e às mulheres a guarda passiva da casa. A construção do império pela valorização da «via masculina» de saída para o espaço público e para a guerra, invisibilizou as mulheres. Retomar os fios desta meada perdida pressupõe a redescoberta da «presença insidiosa» das mulheres «nas naus rumo ao Oriente» (p. 20): filhas da baixa nobreza, órfãs, prostitutas, missionárias<sup>1</sup>.

Os estudos das mulheres têm procurado reconstituir os lugares de presença das mulheres nos acontecimentos e territórios identificados durante séculos como «do domínio do heroísmo masculino». Assim, sabe-se hoje que, durante as guerras (nomeadamente, as duas Grandes Guerras), as mulheres desempenharam papéis relevantes nos domínios «subsidiários» dos conflitos: fábricas de munições, hospitais militares), mas também na resistência e num quotidiano de protecção dos filhos em circunstâncias extremas. Permito-me aqui acrescentar, contudo, que, muito frequentemente, a superação do momento «de excepção» significou o «regresso ao lar». Também na Guerra Colonial, as ocupações das mulheres relacionadas com a mesma giravam em torno de tarefas de apoio (na área do cuidar dos feridos e do bem-estar dos militares). Margarida Calafate conclui que «a manutenção do mito de que a guerra é tarefa de homens possibilitava uma certa estabilidade social, cara ao regime que promovia o conflito» (p. 24).

Particularmente interessante, contudo, é a conclusão que a autora tira acerca da ineficácia do discurso de regime que procurava exaltar «o sacrifício das mães portuguesas», que deveriam incitar os seus filhos a combater pela pátria, oferecer-se como «madrinhas de guerra» de militares em campanha e gerir o lar na ausência do seu chefe. Na perspectiva de Margarida Calafate, ainda que o governo apostasse na participação das mulheres (introduzindo a componente «família» no cenário de guerra) no «projecto civilizador», subjacente à colonização, a geração de mulheres que partiu com os seus maridos não parece ter coadjuvado este projecto. De facto, estas mulheres – maior parte delas, viajando com filhos pequenos, de meses; oriundas de todo o território continental e das regiões autónomas dos Açores e da Madeira; de diversas proveniências sociais; instaladas em situações extremamente diversas e díspares, num esforço de adaptação hercúleo; sem profissão ou com profissões, muitas delas, professoras – contribuíram para a «manutenção de uma certa aura de normalidade familiar num teatro de guerra» (p. 28), tanto dentro de casa, como no espaço social, na assistên-

<sup>1</sup> Margarida Calafate Ribeiro reporta-se ao Congresso Internacional *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa: Actas I e II, Cadernos Condição Feminina*, 43, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, 1995.

cia e no ensino em África, mas também viveram, em termos individuais, no dizer de Margarida Calafate, «um momento emancipador», já que «a vivência em África foi o momento de início de vida conjugal fora das peias familiares tradicionais, de início de vida profissional fora do quadro esperado à saída dos liceus, das escolas técnicas ou da universidade» (idem). Além disso, a vivência em África constituiu também um momento revelador do ponto de vista político, já que proporcionou um encontro com o reverso do discurso de exaltação gloriosa dos feitos na nação, embarcado em caixões de pinho, entrados pelo calar da noite. A doçura das recordações de juventude (da paixão, dos primeiros anos de casamento, do nascimento dos filhos) aparece associada aos «voos dos helicópteros e aviões que traziam os feridos, os boatos que alimentavam a guerra» (p. 29). De facto, como a autora conclui: «o regime comprometeu as mulheres com a guerra» (idem): elas foram testemunhas. «Colocadas na margem do universo da guerra, vivendo muitas vezes situações de grande isolamento, elas registaram esta experiência, ouviram, observaram, traçaram relações com o poder e foram revelando um olhar-outro, elaborando uma razão-outra, sobre as razões do conflito bélico (...)» (idem).

Este olhar complexo sobre uma realidade complexa torna a leitura da segunda parte da obra ainda mais interessante, já que nela encontramos consubstanciada a ideia de que há muitos universos de mulheres, transgredindo as habituais linhas entre o público e o privado, mas também iludindo os discursos convencionais de separação entre cada um deles. Seria arbitrário fazer um resumo da segunda parte da obra: como se resumem testemunhos? O texto será lido e interpretado a partir dos olhares dos seus leitores, num processo que apela ao estabelecimento do pacto de responsabilidade partilhada de transmissão das memórias de uma geração marcada pelo cais de Alcântara, como recorda uma das testemunhas:

Aquele cais era uma coisa tremenda, um drama humano com imensos rostos. Os militares entravam no barco, nós ficávamos num varandim a acenar e o barco ia-se afastando lentamente. Pessoas com crianças ao colo, mulheres, mães, não sabendo se eles voltavam ou não. E eram choros, desmaios, um pranto contínuo no ar. Era um ritual tremendo, todos com os lenços a acenarem, já nem sabíamos para quem, com as imagens que se iam perdendo na distância (p. 173).

Por isso, o medo do telegrama com a notícia fatídica, a dor da separação sem certeza de regresso, o amor contra toda a esperança, o sacrifício pelos filhos, a invocação e simulação de uma «normalidade» para impedir a loucura, o choque e a desilusão da impossibilidade de «tudo voltar a ser como antes», a nostalgia da luz em África, as fotografias guardadas, escondidas e reencontradas muitos anos depois, o silêncio da morte – tudo isso «é de uma violência tremenda», como diz uma testemunha, que acrescenta: «não há perdão político ou moral para uma coisa destas» (p. 192). É desse drama da nossa história recente que o

livro de Margarida Calafate Ribeiro nos dá conta, num exemplo magistral de como a investigação social é produtora de conhecimento útil.

**Teresa Maria Leal de Assunção Martinho Toldy**, Doutorada em Teologia Feminista pela Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen (Frankfurt), Mestre e Licenciada em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa. Professora Associada da Universidade Fernando Pessoa, onde é docente de Ética e investigadora do Centro de Estudos Culturais, da Linguagem e do Comportamento (da mesma Universidade), na área da cidadania. Colaboradora do CES (Universidade de Coimbra). Vice-Presidente da APEM. Endereço electrónico: [toldy@ufp.pt](mailto:toldy@ufp.pt)